

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE LUTA DE CLASSES NA CONTEMPORANEIDADE

Mirla Cisne*

Palavras chave: Luta de classes, Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais, neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

Seguindo a tradição marxista, sabemos que a história do capitalismo é a história da luta entre as classes que o compõem, uma vez que as contradições e antagonismos que envolvem essas classes definem os rumos econômicos, políticos, sociais e culturais desta sociedade. A hegemonia na sociedade capitalista é definida pois, pela dinâmica desta luta, que é permeada por conflitos de ordem não apenas econômica, mas também ideológica.

As potências capitalistas, marcadas por mais um momento de crise, impõem – como estratégia de superação para a mesma –, uma série de medidas de “ajustes estruturais”. Uma espécie de “pacote” para ajustar os países da periferia aos ditames imperialistas no processo de renegociação de suas dívidas, atendendo, em especial, aos interesses dos Estados Unidos e mudando as atuais configurações da histórica luta de classes.

Este artigo tem como objetivo analisar, no contexto do capitalismo contemporâneo, a luta de classes particularizada na relação entre Estado capitalista, movimentos sociais e ONGs, no contexto neoliberal.

Esse objetivo se justifica à medida que percebemos um progressivo movimento de institucionalização dos movimentos sociais – representantes da luta da classe trabalhadora – em Organizações Não-Governamentais (ONGs), facilitando o controle hegemônico do capital nos âmbitos social, político e econômico. E este controle se dá, fundamentalmente, devido à dependência financeira – que se desdobra na dependência política – das ONGs às suas agências financiadoras.

Estamos convencidas de que a crítica marxista da economia política é o único caminho possível para nos dar o suporte teórico-político necessário para realizarmos a análise aqui proposta.

* Assistente Social, mestre em Serviço Social, professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Brasil. Contato: mirlacisne@gmail.com

1. Transformações contemporâneas: a submissão dos sujeitos sociais

A revolução tecnológica e organizacional que marca os anos 1980, no bojo da chamada “reestruturação produtiva”¹, na busca de assegurar os superlucros, implicou em uma mudança na divisão do trabalho e na relação centro-periferia. Como síntese desse processo destacamos a “acumulação flexível”, uma forma de:

[...] alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes, sintetizados em Mattoso como inseguranças (BEHRING, 2003, p. 40).

É em meio às “inseguranças” materializadas, fundamentalmente, na perda de direitos trabalhistas e no desemprego estrutural, que a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado diante do retrocesso nas conquistas democráticas. Isso ocorre em decorrência do contexto em que manter direitos já seria uma grande conquista, uma vez que a destruição dos mesmos está na pauta cotidiana dos “ajustes estruturais” da sociedade burguesa contemporânea.

Estas mudanças, combinadas ao processo de financeirização² do capital, que por sua vez associa-se ao ajuste neoliberal, são as grandes determinações das principais transformações ocorridas na relação entre Estado, políticas sociais e movimentos sociais. Relação essa que imprime as novas configurações da luta de classes.

A espinha dorsal do neoliberalismo consiste no processo de desregulamentação do Estado, no tocante a sua não intervenção na economia, bem como na desresponsabilização para com as políticas públicas, uma vez que estas são “acusadas”, pela ideologia neoliberal, da crise do “Estado-de-Bem-Estar-Social” ou *Welfare State*³.

A crise do capital, expressa nas crises do *Welfare State* e no modelo de produção *fordista-taylorista-Keynesiano*⁴, vai engendrar a necessidade não só de novos

¹ Para um maior aprofundamento dessas transformações, ver, dentre outros: Chesnais (1997), Harvey (2002), Antunes (1999).

² Sobre financeirização do capital consultar Chesnais (1997).

³ *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social é caracterizado por três pilares: pleno emprego, universalização das políticas sociais e assistência social como uma rede proteção social. É um Estado “intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos” (ANTUNES, 1999, p. 22). Seu erguimento se deu pela necessidade de o Estado controlar os conflitos de classes, advindos da crescente polarização entre elas, com a consolidação e amadurecimento do capitalismo monopolista.

⁴ Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril” (ANTUNES, 1999, p. 19). Esse modelo consiste, portanto, numa “forma rígida de organização da produção e

mecanismos de dominação “no campo, para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento” (SIMIONATO, 1999, p. 82). Assim, é que:

[...] a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira **reforma intelectual e moral**, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital internacional, consegue socializar uma **cultura da crise**, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia (*op. cit.*, grifos da autora).

A consolidação do neoliberalismo exige pois, um processo de submissão e aceitação passiva dos indivíduos. Submissão esta, já denunciada no título da obra do propulsor da vertente neoliberal, Friedrich von Hayek: “O Caminho da Servidão”.

Mézáros, em sua análise sobre o pensamento de Hayek, demonstra criticamente a defesa da submissão à ordem neoliberal como “única opção”:

[...] em nome da liberdade, ele também nos diz que a maior virtude é a submissão inquestionada de todos os indivíduos à tirania do mercado [...]. Está óbvio que Hayek não consegue admitir a possibilidade e a legitimidade de se contemplar uma alternativa para o domínio do capital, a que, em sua visão, todos devem se submeter; menos ainda se isso deve significar que os indivíduos assumirão o controle sobre as atividades de próprias vidas por meio de formas conscientemente organizadas [...] por que alguém preferiria o tipo de **incontrolabilidade** e **submissão** de Hayek ao que este demagogicamente projeta como **única** alternativa? (2002, p. 280-281, grifos do autor).

Recuperar, portanto, os ideais utópicos, dentro de uma perspectiva de consciência crítica e identidade de classe se faz premente em um momento em que o “pensamento único” faz coro com a crença no “fim da história”: o capitalismo.

2. ONGS e MOVIMENTOS SOCIAIS – NOVAS CONFIGURAÇÕES NA LUTA DE CLASSE

Comprendemos que os movimentos sociais possuem determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas. Relações estas que se desdobram em opressões de classe, raça/etnia, gênero, geração, entre outras. Com efeito, Josefa Lopes destaca:

intervenção do Estado na vida econômica [...], e começa entrar em crise nos anos 70, sendo substituído pela chamada acumulação flexível” (SIMIONATO, 1999, p. 82), acompanhado do Estado Neoliberal.

[...] movimento social como expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico e suas manifestações são estruturais ou conjunturais (1999, p. 9).

Nesse sentido, para compreender os movimentos sociais, faz-se necessário compreender o terreno que os gera: a sociedade capitalista. A contradição fundante do sistema econômico vigente centra-se na relação antagônica entre capital e trabalho. Reside aí o cerne das mais variadas expressões das desigualdades, mola propulsora dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (1987, p. 20) qualifica os movimentos sociais como:

[...] uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Para nós, os movimentos sociais devem se constituir como vozes coletivas que teimem em gritar contra a barbárie capitalista nas suas múltiplas refrações. Para tanto, a sua “práxis”, o seu “projeto”, os seus “princípios valorativos” e a sua “organização e direção” devem estar voltados para a transformação radical da sociedade capitalista. Nestes termos, os movimentos sociais são sujeitos coletivos que surgem como sínteses das desigualdades sociais e sobre elas devem atuar numa perspectiva transformadora, o que exige a eliminação da raiz dessas desigualdades: a contradição entre capital e trabalho.

Essas reflexões nos levam a crer na necessidade de resgatar a perspectiva classista dos movimentos sociais, ou seja, eles devem ter como cerne e ponto comum a luta de classes. Contrário a essa perspectiva, apresenta-se o processo, em curso, da progressiva institucionalização dos movimentos sociais em ONGs.

As ONGs, na década de 1970, possuíam como prioridade o assessoramento aos movimentos sociais e, inclusive, angariavam recursos para os mesmos. São, neste momento, grandes aliadas, na condição de fortalecedoras, dos movimentos sociais.

Essa perspectiva de atuação das ONGs é radicalmente modificada nos anos 1990, década na qual estas instituições se proliferam em dimensões gigantescas. É válido ressaltar que o contexto histórico que propicia a “onguização” é marcado pelo neoliberalismo e se articula ao enfraquecimento e à desmobilização dos movimentos sociais classistas.

De aliada dos movimentos sociais, as ONGs, na década de 1990, passam a ser “parceiras” do grande capital. Sobre essa guinada da atuação das ONGs, Joana Coutinho destaca:

Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; proclamam-se “cidadãs”; exaltam o fato de atuarem sem fins lucrativos. Desenvolvem um perfil de “filantropia empresarial”; **mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital**, como é o caso das Fundações *Ford*, *Rockefeller*, *Kellogg*, *MacArthur*, entre outras (2005, p.58).

É com esse direcionamento político que as ONGs sucumbem aos interesses capitalistas em detrimento da luta de classe, ao passo que têm como mantenedores representantes do grande capital. Com isso, muitas vezes, as ONGs limitam sua atuação às exigências de seus financiadores, correspondendo, por conseguinte, aos interesses dos mesmos, ainda que venha ferir os interesses da classe trabalhadora.

As relações de dependência/subordinação, transvertidas no discurso de “parceria”, contribuem, portanto, para descaracterizar o movimento como luta social. Além disso, há uma competição entre essas ONGs na disputa pelos investimentos, o que fragmenta a identidade da classe trabalhadora, conseqüentemente, o potencial do seu poder combativo ao capitalismo. Sobre a benesse da fragmentação dos sujeitos ao capital liberal, Ellen Wood questiona:

Num mundo fragmentado composto de “sujeitos descontraídos”, no qual conhecimentos totalizadores são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? [...] Existiria, na prática, obstáculo maior a qualquer coisa além das resistências locais e particulares ao poder global e totalizante do capitalismo do que o sujeito fragmentado e descentrado? (WOOD, 2003, p. 14).

Em um sentido mais amplo, as ONGs ainda contribuem para a minimização do Estado, no que diz respeito à pulverização e focalização das políticas sociais, portando, ratificando o neoliberalismo e indo de encontro à universalidade das mesmas. Não é à toa que as ONGs são financiadas por organismos como o Banco Mundial⁵. Esta é uma nova forma de dar “respostas” à “questão social”, na busca necessária de consenso de

⁵ De acordo com Montañó (2002, p. 214): Em abril de 1997, o Banco Mundial desembolsou, mediante a gestão estatal, 150 milhões de dólares dirigidos a ONGs no Brasil. [...] No Brasil, 83% das ONGs ativas recebem verbas do exterior.

uma maneira bem menos onerosa para o capital, correspondendo aos interesses neoliberais, como demonstra Montaño:

[...] o interesse do governo neoliberal (e do capital) nas “parcerias” é ideológico, é de contentação e aceitação. Uma vez consolidado o processo de saída do Estado de certo espaço da área social – mediante recortes orçamentários, precarização, focalização, descentralização e privatizações – e esvaziada a dimensão de direito universal das políticas sociais, uma vez que a retirada do Estado da resposta às seqüelas da “questão social” passe a formar parte da **cultura cotidiana**, então a função ideológica das “parcerias” já terá cumprido sua finalidade, e não será mais tão necessária sua manutenção (2002, p. 227).

Essa citação demonstra ainda a gravidade dessas “parcerias”, pois além de camuflarem as contradições de classe, são temporárias e tendo cumprido sua “função ideológica”, podem inexistir, o que acentuaria ainda mais a precariedade das já fragmentadas políticas sociais. Apesar disso, na contemporaneidade, as ONGs contribuem para um consenso ideológico de “contentação e aceitação”, obtido sob a aparência de que o governo e/ou o capital internacional se preocupam com questões humanitárias ou estão atendendo aos interesses das lutas sociais. Na verdade, o que ocorre é um controle e uma fragmentação destas lutas e fortalecimento do neoliberalismo, tendo em vista a relação de dependência estabelecida na “parceria” com as agências financiadoras. Com efeito, destaca Montaño:

A “parceria” entre o Estado e o “terceiro setor” tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo em “transferência”, levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo (2002, p. 227).

Percebemos, portanto, que existem múltiplos aspectos em torno do “fenômeno onguização” que trazem muito mais retrocessos aos movimentos sociais do que avanços. Como síntese dessas alterações no “conteúdo” das lutas sociais, destacamos que elas passam a ser “dóceis” e não mais contestatórias e conflitivas, mas, negociadas. Deste modo, há um processo acentuado e progressivo de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2002, p. 274).

Dessa forma, ao contrário da falsa ideologia que difunde no campo da aparência a imagem das ONGs como entidades “progressistas”, estas, na verdade, representam um

movimento anti-revolucionário. Essa análise se confirma à medida que há um distanciamento perceptível da luta concreta e radical contra as desigualdades sociais, que passam, no universo das ONGs, a se limitarem em ações focalizadas e em Grandes Conferências e Convenções para pensarem e discutirem a pobreza ao lado dos representantes de quem a produz, ostentadas por todo o luxo da burguesia, como demonstra Petras:

[...] existem milhares de dirigentes de ONGs que conduzem carros-esporte de 40.000 dólares de sua confortável casa ou apartamento de subúrbio para seu escritório ou prédio, deixando seus filhos e tarefas domésticas nas mãos de empregados, seu jardim aos cuidados do jardineiros. Estão tão mais familiarizados e gastam mais tempo com lugares no exterior, onde acontecem suas conferências internacionais sobre pobreza (Washington, Bancoque, Tóquio, Bruxelas, Roma, etc.) do que com suas lamacentas aldeias de seu próprio país (*apud* COUTINHO, 2005, p.59).

Nessa linha de análise Petras ainda ressalta que tais dirigentes abandonaram suas “excursões iniciais dos movimentos sociais esquerdistas, pobremente recompensados, por uma carreira lucrativa dirigindo uma ONG, levando com eles habilidades organizacionais e retóricas e um certo vocabulário populista” (*apud* COUTINHO, 2005, p.59). Habilidades estas, sabiamente apropriadas pelo grande capital. Daí que o significativo volume de dinheiro dispensado ao financiamento de ONGs, não apenas representa uma “terceirização” precária do Estado, desonerando o capital, como também camufla o antagonismo de classe mediante a sua atuação populista.

Para Joana Coutinho (2005, p. 59):

[...] os dirigentes das ONGs, geralmente pós-marxistas, tornaram-se atores políticos. Mas os seus projetos, ou sua participação em treinamentos e reuniões com o Banco Mundial ou “ONGs/Agências”, não produzem qualquer efeito econômico significativo ao Produto Interno Bruto (PIB) ou na diminuição da pobreza.

Nesse sentido, percebemos a ausência de um compromisso real com a eliminação das desigualdades sociais por parte das ONGs, que vá além do discurso formal de luta por “cidadania”, “justiça”, “paz”, “direitos humanos”, tão retoricamente difundidos por elas.

Ellen Wood (2003) nos alerta para os atuais rumos da esquerda e de sua relação com o capitalismo na contemporaneidade. Para a autora, a esquerda vem se redefinindo na perspectiva de criar espaços no interior do capitalismo e não mais enfrenta o desafio direto da contestação ao capital. A materialização disso, para nós, está, por exemplo, nas ONGs.

Resgatar a esquerda e seu papel político de radicalidade contra o capitalismo exige o fortalecimento dos movimentos sociais classistas, tendo em vista o entrave da perda de autonomia das lutas sociais em torno das ONGs, devido à dependência junto às suas financiadoras, como demonstra Joana Coutinho (2005, p. 61):

Como devem prestar contas a suas financiadoras, e encaminhar relatórios periódicos para as suas mantenedoras (em relações simbióticas com os seus governos), a autonomia dessas organizações é, no mínimo, questionável. Em situação diferente estão os movimentos sociais organizados, como é o Movimento dos Sem Terra no Brasil e dos camponeses indígenas no Estado de Chiapas no México: o uso e desuso das “doações” que recebem das ONGs estrangeiras estão vinculados às ações diretas do movimento, e não de um trabalho específico e focalizado.

Nessa perspectiva, a autora aponta, com clareza, a necessidade de percebermos e fortalecermos os movimentos sociais classistas como os reais e legítimos representantes das lutas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização dos movimentos sociais em ONGs significa um retrocesso contrário ao fortalecimento do poder de combatividade e resistência da classe trabalhadora. Para nós, os únicos que possuem legitimidade para representar a luta da classe trabalhadora são os movimentos sociais classistas autônomos, que não resguardam vínculos de subordinação e dependência, mas exigem e reivindicam legitimamente o que é de direito à classe trabalhadora. Portanto, reside neles a nossa alternativa ao capital.

É necessário, para tanto, ter claro que a crise contemporânea que assola a sociedade atinge diferenciadamente as classes sociais e que não é a classe trabalhadora a sua responsável, mas o capital. Portanto, não cabe a essa classe a “solidariedade” com a burguesia, no sentido de “darem as mãos” para enfrentar juntas a crise, que apenas no campo da aparência, atinge indiferenciadamente a todos. A contradição entre capital e trabalho é ineliminável, portanto, a classe trabalhadora não pode agir em “solidariedade” a uma classe a explora.

Precisamos construir um movimento classista que tenha como horizonte a emancipação humana. Nesta perspectiva, romper com o processo de “envolvimento manipulatório” tão fortemente presente na ideologia e na forma de organização capitalista contemporâneas, resgatar os núcleos de resistência, buscando fortalecer laços

de pertencimento de classe, nos parece o caminho alternativo à barbarização da vida humana, que se encontra em um estágio sem precedentes históricos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERING, Elaine Rossetti. *O Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital. Nouvelle édition augmentée*. Paris, Syros, 1997.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. In: *Revista Lutas Sociais*, nº 13/14 – 1º semestre. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2005.

GOHN, Glória. “Classes Sociais e Movimentos Sociais” In: CFESS/CRESS - *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 02: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB – CEAD, 1999.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. 11ª Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LOPES, Josefa Batista. “A Relação Serviço Social-Movimento Social: indicações para um estudo”. In: *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís: Ed. da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 1999.

MÉZÁROS, Istivan. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. 2ª Edição. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1987.

_____. *Rede de Movimentos Sociais*. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SIMIONATO, Ivete. “As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade”. In: CFESS-ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social* - Brasília: CEAD, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2005.